

3 Educação profissional em saúde e contra-hegemonia

Gustavo Augusto¹
Gislei Knierim²
Paulo Ueti³

No presente texto será proposta uma reflexão sobre a interação entre Reforma Agrária e a Saúde a partir dos ensinamentos apreendidos durante a realização do *Curso Técnico em Meio Ambiente, com ênfase em saúde ambiental para as populações do Campo*⁴. Tal proposta se insere no esforço coletivo que diversos atores da sociedade civil e dos governos têm empreendido no sentido de contribuir para a implantação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSPCFA)⁵, de maneira especial pela articulação da gestão compartilhada da política e pelo aprimoramento e inovação nos processos de educação em saúde.

Como será argumentado ao longo do texto, a ocupação de colegiados de gestão, a articulação para conquista e implantação de políticas públicas, a capacitação e formação de novos atores, a educação profissional direcionada para atuação no Campo são verdadeiros processos de disputa ideológica e de hegemonia. Tal compreensão é fundamental para perceber a indissociabilidade entre um projeto mais amplo de transformação da sociedade e as diferentes pautas, demandas e conquistas específicas que são colocadas à mesa pelo MST na agenda política cotidiana, bem como para destacar a atenção especial que tem sido dada aos processos de sistematização e avaliação das experiências exitosas, na perspectiva de garantir densidade e acúmulo histórico à práxis política do Movimento.

¹ Antropólogo. Bolsista da Fiotec/Fiocruz.

² Psicóloga e pedagoga, integrante do Coletivo Nacional de Saúde.

³ Integrante do Coletivo Nacional de Saúde.

⁴ Doravante denominado apenas como Curso Técnico em Meio Ambiente e Saúde.

⁵ A Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSPCFA) foi criada oficialmente pela Portaria do Ministro da Saúde nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, após seis anos de debate e negociação no âmbito do Grupo da Terra, colegiado que congrega representantes dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas e gestores das principais áreas do Ministério da Saúde, das áreas vinculadas e outros órgãos públicos afins.

Inicialmente, serão apontados alguns preceitos pedagógicos indispensáveis para a prática pedagógica do MST e como estes foram articulados no processo de negociação e realização do *Curso Técnico em Meio Ambiente e Saúde*. Em seguida, será dedicado espaço para reflexão sobre como, durante o processo do Curso, as questões relativas ao conceito de saúde e de ambiente foram sendo trabalhadas. O debate pedagógico, as questões relativas à saúde e ao ambiente ou a própria educação profissional emerge, na prática do MST, como um rico espaço de disputa de hegemonia dentro da sociedade, onde, além da garantia do direito fundamental à educação e à escolarização, existem as práticas e as concepções que poderão conduzir a classe trabalhadora, em especial, os povos do Campo a uma nova sociedade baseada na justiça, na soberania popular e no convívio solidário com o planeta.

O *Curso Técnico em Meio Ambiente e Saúde* foi promovido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Osvaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) e pelo MST. Participaram duas turmas simultâneas do Curso, uma no Ceará e outra no Paraná. Os cursos ocorreram no período de 2012 a 2013 e, como é costume o MST estar envolvido, a abrangência dos cursos era regional, ou seja, os educandos eram oriundos de todas as regiões do País (Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o curso realizado no Ceará; Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste, o curso realizado no Paraná). Além desse caráter regional, os educandos eram, em sua maioria, beneficiários da reforma agrária ou filhos de assentados, mas também contou com a participação de representantes dos atingidos por barragens, quilombolas, pescadores e comunidades tradicionais. Ao final, formaram-se mais de 50 educandos, tendo a maioria destes ingressado em funções orgânicas de militância no MST ou em seus movimentos sociais de origem, ou em serviços de apoio à saúde, de assistência técnica e extensão rural ou de desenvolvimento de seus territórios.

Atualmente, está em andamento o processo de Sistematização das Experiências em Educação Profissional em Saúde do MST, possibilitado pela parceria entre o Coletivo Nacional de Saúde do MST com a Fiocruz e o Ministério da Saúde, que integra uma relação mais profunda e sistemática entre os órgãos públicos de gestão, educação e pesquisa em saúde e os movimentos sociais do campo⁶,

⁶ O curso em questão está sendo sistematizado pela própria EPSJV/Fiocruz, que viabilizou bolsistas e pesquisadores ligados ao MST que estão atuando na sistematização detalhada da experiência do curso, com previsão de finalização para o final do ano de 2015. Em outra frente, tem-se o projeto intitulado **Formação de Lideranças para a Gestão Participativa da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta**, financiado com recursos

visando ao aprendizado mútuo entre gestores e militantes de movimentos sociais, bem como a gestão compartilhada da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSPCFA). Conforme apontam resultados parciais desta pesquisa, foram mapeadas pelo menos dez turmas de cursos de educação profissional em saúde⁷ coordenadas pelo MST na última década, formando mais de 500 militantes e agentes na área de saúde. Também nesse período, é de se destacar a parceria estabelecida entre o MST e a Escola Latino Americana de Medicina dos governos de Cuba e Venezuela, que resultou na formação em Medicina de mais de 100 militantes do MST, filhos(a)s de acampados e assentados, sendo que muitos destes profissionais estão trabalhando no programa do governo federal “Mais Médicos” ou desempenhando ações orgânicas de militância no MST. Igualmente, foram articuladas outras parcerias com instituições de ensino e pesquisa, que resultaram em trabalhos de pesquisadores de universidades com o MST, na área de saúde, e na parceria do Movimento na promoção de iniciativas de educação profissional em saúde para profissionais que vão atuar no Campo, independente da relação prévia com a pauta ou de vinculação orgânica ao MST ou a outro movimento social⁸.

do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde, administrados pela Escola de Governo da Fiocruz. Por ele, tem sido apoiadas atividades em parceria com diversos movimentos sociais do Campo integrantes do Grupo da Terra, contando com metas de capacitação de agentes de saúde, formação de mulheres em questões de gênero e saúde, apoio aos coletivos e grupos locais de saúde, sistematização de experiências em educação e saúde do Campo. Nas ações de sistematização de experiências desse projeto, está sendo focada a sistematização das experiências acumuladas na realização dos cursos de Técnico em Saúde Comunitária (turmas realizadas em parceria com o ITERRA e com a UFMA) e de Técnicas Alternativas e Tradicionais em Saúde (turmas realizadas em parceria com a ASBAMTHO/RJ).

⁷ Como exemplo, ver MATIELO, E. **Dialogando sobre educação em saúde e ética a partir da experiência do curso técnico em saúde comunitária do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009; DA ROS, Marco Aurélio; SEVERO, D. O. A Participação no Controle Social do SUS: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl. 21, p. 117-184, 2012; DAROS, D.; DELLAZERI, D. T.; ANDREATTA, M. O curso técnico em saúde comunitária do IEJC. **Cadernos Iterra**, Veranópolis, ano 7, n. 13, p. 43-70, dez. 2007; RÜCKERT, B. **As práticas de saúde no MST do Vale do Rio Doce – MG: normas e valores na atividade**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

⁸ Em 2015, fruto das negociações do MST e Departamento de Enfermagem da UEPE com o governo federal, iniciou-se a primeira residência multiprofissional em saúde do campo. A residência formará profissionais de diferentes áreas da Saúde para atuação no Campo,





O *Curso Técnico em Meio Ambiente e Saúde*, a exemplo de outros cursos promovidos pelo MST, foi realizado seguindo preceitos pedagógicos caros à Educação do Campo e à Pedagogia da Terra. Para os interesses do presente texto, destacam-se alguns:

- 1) Pedagogia da Alternância – o curso foi modular, contando com quatro etapas presenciais, denominado Tempo Escola, em média com 30 dias de duração, intercaladas por etapas denominadas Tempo Comunidade, nas quais os educandos desenvolviam atividades prescritas em sua comunidade ou nos locais de serviços de saúde próximos, sob a supervisão de educadores e de dirigentes políticos de sua organização.
- 2) O Tempo Escola era composto por diversos tempos pedagógicos, garantindo, por óbvio, a centralidade dos momentos em sala de aula e o estudo dos conteúdos previstos nas ementas das disciplinas, mas prevendo tempos próprios para o estudo e a formação política, para a discussão coletiva para resolução de conflitos e encaminhamento da autogestão da turma, para atividades culturais, para visitas guiadas e práticas de campo, entre outras. As práticas de campo, em geral, ocupam uma parte importante da grade horária dos educandos, sendo realizadas em assentamentos próximos ao local de realização dos cursos, em áreas conflituosas e que possam elucidar os conhecimentos em discussão a partir de realidades próximas às que os educandos vivem em seus próprios territórios.
- 3) A explicitação da opção pelo Materialismo Histórico Dialético como método de compreensão e análise da sociedade e do processo histórico, incluindo as reflexões a serem conduzidas sobre os conteúdos debatidos durante o curso e a nova relação a ser desenvolvida pelos educandos com sua própria comunidade e espaço de atuação. Nesse ponto, destaca-se também a explicitação do trabalho como categoria de compreensão da existência humana, atribuindo ao trabalho a centralidade na formação de todas as dimensões da existência humana, inclusive no método pedagógico.
- 4) A defesa do papel do Movimento Social ou, em outras palavras, da organização da classe trabalhadora, como primeiro espaço pedagógico, onde se forma o sujeito de luta, atribuindo à escola papel complementar ao da organização

incluindo profissionais assentados ou filhos de assentados. Os residentes morarão por dois anos em áreas de reforma agrária ou quilombola e será inserido na rede local do sistema de saúde.

dos trabalhadores e aprimorando sua atuação para a luta e para a vida.

- 5) A preocupação com a disseminação e adoção de valores humanistas e socialistas, visando ao treinamento e à consolidação de relações mais solidárias e comprometidas entre os sujeitos.

A articulação entre os preceitos pedagógicos apontados anteriormente e as especificidades inerentes ao curso de saúde e ambiente ganharam tonalidades próprias durante o processo de negociação e realização do curso. Na verdade, este é o processo corriqueiro que sempre ocorreu quando as questões pedagógicas gerais, das quais os movimentos sociais não abrem mão em seus processos de formação, tem que ser mediadas com as particularidades do funcionamento do sistema e das instituições educacionais ou com questões teóricas e filosóficas presentes nas diferentes áreas de conhecimento.

Como argumentado na bibliografia pertinente (ALMEIDA; CAMINI; DALMAGRO, 2007) e no próprio discurso interno do MST, a demanda de educação profissional no interior do Movimento nasceu, exatamente, desse processo dialético de mediação entre a necessidade de acesso à escolarização e as preocupações pedagógicas inerentes à práxis política e ao projeto de sociedade pelo qual luta o Movimento. É ainda na fase inicial das primeiras ocupações e consolidação de acampamentos de luta pela reforma agrária, na segunda metade da década de 1980, que se torna necessária a constituição dos primeiros espaços propriamente ligados à Educação nessas áreas, seja para garantir às crianças acampadas as condições para a escolarização, seja para elevar o nível de escolaridade e de capacidade de leitura da realidade da nova base social que ia se formando nos acampamentos de todo País.

Essas ações por si só, sem serem adequadamente incluídas num processo de luta e de protagonismo dos próprios trabalhadores, eram inviáveis e impossíveis de ocorrerem. Há quem se nega o direito ao território, à moradia e à alimentação, há quem dificilmente se nega o direito à educação, à saúde e assim por diante. Além disso, era, e continua sendo, inviável que a questão seja tratada somente como acesso à escola, pois a especificidade social, cultural, política e conjuntural do público envolvido exige, igualmente, um processo pedagógico específico. O direito e a necessidade de um processo pedagógico específico garantem a diversidade, o respeito e o diálogo com os saberes tradicionais, mas também é fundamental para a própria vitalidade e sobrevivência dos trabalhadores rurais sem terra em seu processo de luta e colocação na sociedade que sistematicamente os exclui e os oprime. Por isso, tão importante quanto garantir o maior número





de trabalhadores rurais sem terra ingressem em processos pedagógicos, é fazer com que os próprios trabalhadores, a partir das suas experiências históricas, enquanto classe, tenham acumulado, conduzam seus processos educativos e possam formar seus próprios educadores, seja de forma direta, ampliando um quadro de militantes e trabalhadores rurais que atuem como atores pedagógicos, seja pelo diálogo e interação com educadores e pesquisadores que se aproximem da realidade do Campo e queiram contribuir, simultaneamente, no processo de escolarização, formação técnica e fortalecimento político dos trabalhadores. Devido à necessidade de construir uma educação profissional própria para aqueles que justamente atuavam na educação de base nos acampamentos e assentamentos, que o MST teve suas primeiras lições sobre o tema.

No curso de saúde e ambiente em questão, a aporia discutida esteve fortemente presente. Elencamos cinco ensinamentos que, olhando de hoje, após a realização dos cursos, aparecem como os mais relevantes neste encontro entre diferentes intenções, métodos e pressupostos políticos e teóricos. Primeiramente, há de se destacar o intenso processo de negociação e diálogo que permeou a realização do curso, tanto na fase inicial de negociação, envolvendo certificação, educadores, recursos, formato do curso, ementas das disciplinas, como durante a realização das etapas do curso e os processos de avaliação. Só foi possível tal negociação devido a um contexto mais amplo de parceria construída entre órgãos gestores de saúde, instituições de ensino e pesquisa e o MST. Para além das vinculações esperadas a partir das atribuições e atuações de cada um desses atores – condução das políticas públicas, ensino, pesquisa e extensão, luta social –, essa parceria vislumbra uma aliança mais ampla em prol de transformações na sociedade, com a superação de estruturas econômicas, culturais e sociais que perpetuam qualquer forma de desigualdade, e com propostas de desenvolvimento que convivam de maneira sustentável com o meio ambiente e, em última instância, com a construção de relações sociais que promovam saúde e vida.

Esta aliança está preconizada, de certa forma, nos fundamentos que orientam a práxis política do MST e também do Movimento pela Reforma Sanitária. Embora pertençam a processos sociais e políticos independentes, ambos na luta pela reforma agrária e na luta pela saúde como um direito de todos e um dever do Estado, sempre apontaram para a necessidade de que suas pautas específicas estivessem ligadas a um processo maior de transformação da sociedade brasileira. Ao conseguir emplacar uma nova concepção de saúde, como está expressa nos documentos

finais da VIII Conferência Nacional de Saúde e no próprio texto constitucional, o movimento de Reforma Sanitária apontava para a superação do reinado do modelo biomédico hospitalocêntrico (DA ROS, 2000), instaurado na esteira do golpe militar de 1964, mas também consagrava a indissociabilidade da saúde dos outros direitos estruturantes e, desta forma, da luta por eles.

Essa afinidade prévia é uma constante nos momentos iniciais de negociação da realização deste curso de saúde e ambiente em específico, mas, igualmente, está presente na realização de praticamente todas as experiências de educação profissional em saúde do MST. Ela permitiu o segundo aprendizado que queremos destacar. Permitiu, durante o curso, a adoção do conceito de saúde formulado pelo MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES..., 2000) e que, em última instância, consta reproduzido no discurso político do próprio Movimento: “lutar por saúde é lutar por reforma agrária”. Para além do que tenha essa afirmativa de tautológica e de slogan político, ela aponta para um comprometimento estratégico entre as duas pautas que, sem dúvida, foi um dos ensinamentos mais importantes dos cursos em questão.

A reforma agrária e o direito ao território é assunto perene nas Conferências Nacionais de Saúde. Lutar por saúde no contexto do Campo, no sentido de ter o sistema de saúde pública almejado pela reforma sanitária, ou a qualidade de vida garantida pelo texto constitucional, passa, necessariamente, pelo direito ao território, a terra, à moradia e as condições de produção próprias para as populações que residem e constroem o Campo brasileiro. Dificilmente justifica-se uma luta por saúde, que se mantenha fiel às aspirações do Movimento de Reforma Sanitária, que seja contrário ou, até mesmo, omissa em relação à concentração fundiária no Brasil e ao modelo de produção capitalista no Campo centrado no uso de agrotóxicos e na agressão ao meio ambiente.

Por outro lado, essa afirmação dá um sentido contrário, um comprometimento entre a luta e a construção da reforma agrária e a luta pela saúde. O inverso também é válido, e não há como se pensar na efetivação da reforma agrária com seriedade sem que as questões diretamente ligadas à saúde estejam no centro das preocupações. De certa forma, esse condicionante da saúde é um dado material da realidade dos que lutam e constroem a reforma agrária: seja na organização de farmácias verdes e de coletivos capazes de prestar primeiros socorros nas ocupações, nos acampamentos e nas grandes mobilizações, seja nas demandas de atenção básica em saúde, saneamento e prevenção colocadas pelos assentamentos.

Acordado o conceito de saúde, o processo de negociação e conciliação sobre as



outras questões teóricas e disciplinares tendem a ocorrer naturalmente, num processo nem sempre fácil, dialético, com sínteses sempre em construção. Isso pode ser notado no debate das disciplinas específicas em que os educadores acostumados a ministrá-las em cursos técnicos e de graduação, tiveram de operar adequações nem sempre simples, nos exemplos utilizados ou até mesmo nas afirmações e certezas, até então inquestionáveis⁹, e, por sua vez, as lideranças do MST presentes no curso, como educandos ou como educadores ou equipe pedagógica, também passavam a questionar sua própria prática, seja em questões simples de organização do próprio método pedagógico ou do espaço de realização dos cursos¹⁰, seja nas bandeiras de luta pelo MST e nas suas estratégias de ação¹¹.

O terceiro ensinamento foi produzido pelo tratamento exaustivo da

⁹ Um exemplo que foi tomado como emblemático pelos educandos e coordenação pedagógica dos cursos foram as disciplinas ligadas à saúde do trabalhador. O dilema consistia entre concentrar as orientações e os estudos na utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por trabalhadores rurais, de forma a diminuir os riscos e danos causados pelo uso de agrotóxicos, abordagem comum que os professores da área utilizam em outros cursos sobre meio ambiente, ou manter a linha política do MST contra a utilização de agrotóxico, esvaziando a necessidade de orientações sobre a utilização de EPIs, já que se quer, justamente, que estes não se façam necessários pela adoção de um novo modelo de produção no Campo.

¹⁰ Dois exemplos que, comumente utilizados pelo MST, expressam bem esse tipo de debate provocado pela saúde no interior do Movimento. No primeiro exemplo, é destacada a mudança na alimentação dos educandos, fornecida pelos centros de formação vinculados ao MST, que promoviam os cursos de formação política e de nível técnico, a partir do momento em que se iniciaram turmas na área de saúde. O debate sobre a alimentação saudável e o estudo de noções de nutrição provocou, internamente nos espaços de formação do MST, um debate sobre o tipo de alimentação ofertado aos seus próprios militantes. No segundo exemplo, as grandes mobilizações, como marchas ou congressos, passaram a contar nos últimos anos com uma participação maior de coletivos e brigadas de saúde formada pelos próprios militantes. Com a conclusão dos cursos na área de saúde, esses coletivos e brigadas começaram a contar com pessoas qualificadas na área, que passaram a agir de forma preventiva, orientando pequenas práticas de higiene nos espaços coletivos, na organização das cozinhas coletivas e do preparo de alimentos, assim por diante.

¹¹ A forte atuação do MST na pauta de DST/Aids é um exemplo dessa inserção da saúde no MST. Em especial no período entre 2000-2006, o MST desenvolveu diversas atividades com o Programa Nacional de DST/Aids e outros movimentos sociais, fazendo com que essa se tornasse, em alguns momentos, uma arena importante de atuação do MST. Amadurecendo ao longo dos anos na pauta, o próprio Movimento passou a perceber a forte ligação política entre a pauta de DST/Aids e o debate sobre a produção de medicamentos. A indústria farmacêutica, em vários momentos, passou a ser analisada com o próprio agronegócio, principal questão problematizada pelo MST.

temática ambiental. Antes, faz-se necessário sinalizar uma distinção que apareceu importante durante a realização do Curso, nas contradições emergidas pelo tratamento da temática da saúde e do ambiente. Crê-se que um fator fundamental dessa contradição é o entendimento do papel do Estado em tudo que está aqui sendo debatido. No caso da saúde, é evidente que a luta pela Reforma Sanitária e as vitórias possíveis à época, que resultaram no histórico político das Conferências Nacionais de Saúde, no texto constitucional e na construção do SUS, apontam para uma forte atuação estatal no tema. Também a participação dos movimentos sociais na construção da saúde está fortemente ligada ao controle ou à gestão compartilhada de ações estatais. Esse, definitivamente, não é um ponto tranquilo para o MST. Há contradições que remetem à própria natureza política e filosófica do Movimento e que está presente nas suas estratégias de ação, na construção de suas prioridades políticas e na relação com sua base social. Esse é um tema que certamente será alvo de intensos debates no próximo período, e que, oportunamente, poderá ser trabalhado em outras reflexões propostas pelo MST¹².

Ocorre que, na questão ambiental, essa presença estatal, ou a luta por ela, não foi o fator preponderante notado nos conflitos ambientais analisados nos cursos e nas linhas de atuação propostas pelos educandos. Evidentemente o Estado e o poder público tem um papel fundamental na regulação do uso de agrotóxicos, por exemplo, ou na promoção de políticas de saneamento ambiental, ou no marco regulatório da exploração de meios naturais com grande impacto ambiental. Isso levou à questão ambiental, na perspectiva do curso ser diretamente vinculado aos conflitos ambientais concretos que ocorrem nos territórios do Campo. Como explicitado anteriormente, além de educandos de áreas de reforma agrária, onde existem diversos conflitos ambientais e na relação dos assentamentos com outras comunidades rurais ou monocultivos circunvizinhos, havia educandos de áreas atingidas por barragens, comunidades atingidas pela exploração de urânio, quilombolas etc. Ou seja, o conflito ambiental era uma realidade constitutiva dos territórios dos próprios educandos.

Durante a realização do curso, os principais vínculos que foram destacados da questão ambiental foram, de um lado, a denúncia e a análise do funcionamento e dos danos causados pelo agronegócio e, de outro, a importância da agroecologia como matriz produtiva para as áreas de reforma agrária.

¹² Houve, entretanto, importantes debates no interior do MST sobre as características do capitalismo na área da Saúde, conforme o texto de Eduardo STOTZ em ANCA (2011).





A conceitualização e a análise sobre o agronegócio é extensa para ser adequadamente tratada no presente texto, mas envolve, no mínimo, um longo debate sobre suas raízes históricas no Brasil, o nascimento da revolução verde e sua chegada ao País, o êxodo rural e a organização do capitalismo no Brasil na segunda metade do século XX e a reorganização mundial do agronegócio após as crises financeiras mundiais dos anos 90. De maneira resumida, o agronegócio consiste: 1) em um modelo de organização capitalista da agricultura¹³ em todas as suas etapas – território, insumos, mão de obra, produção, comercialização –, concretizando 2) a produção agrícola como a produção de mercadorias e, dessa forma, 3) a otimização do lucro pela criação de monopólios internacionais que controlam a cadeia produtiva e 4) a financeirização da dívida e do financiamento público.

Para a questão ambiental, destaca-se que o agronegócio, ao consagrar a função da produção agrícola como a de produzir mercadorias e não alimentos, ou seja, bens que devem ser vendáveis e comercializados em acordo com regras do mercado internacional financeiro, imprimir a inevitável marca de otimização dos lucros à produção agrícola. Onde reina sozinha a otimização do lucro, as questões ambientais sempre pairam como impeditivos e como entraves que limitam a lucratividade imediata de tal investimento. Muitas vezes, resta ao próprio mercado, pela atuação de suas empresas internacionais cada vez mais conglomeradas, a mediação entre a maximização do lucro e as questões ambientais, como tão bem está expresso no controle quase exclusivo que estas empresas exercem sobre a produção de insumos, a orientação da produção e a definição das regras de comercialização. A questão ambiental no nosso curso em análise e, por conseguinte, o debate sobre saúde ambiental, esteve inserido nesse contexto exposto.

A Agroecologia emergiu, nos últimos anos, nos movimentos sociais como a alternativa ao modelo hegemônico do Agronegócio. Por ocupar esse lugar estratégico para os movimentos sociais, a Agroecologia acaba por ampliar o espaço que tradicionalmente ocupava nas reflexões acadêmicas sobre o tema ou em algumas experiências, fundamentais e exitosas, mas pontuais.

Na perspectiva em que foi trabalhada no curso, a Agroecologia congrega algumas características fundamentais. Ela constitui-se como uma matriz produtiva e tecnológica. Para isso, está fundamentada na redução drástica da dependência nas propriedades de insumos externos; na utilização de mecanização de baixo

¹³ No texto entenda-se agricultura, produção agrícola incluindo as atividades silvopastoris.

impacto ambiental e que não dispense a força de trabalho humano; no controle das sementes e do material genético pelos agricultores; no planejamento integrado da produção de toda a propriedade; na diversidade da produção; no equilíbrio entre os diferentes ciclos das culturas de duração curta, média e perene. Além das características tecnológicas, aponta-se para a vinculação da produção, ou seja, das questões propriamente agrícolas, como o agrário e a questão fundiária, pois não há como garantir a sustentabilidade e a viabilidade de um projeto tecnológico alternativo sem a mudança da estrutura fundiária, que ao concentrar a terra e torná-la alvo de especulação e de monocultivos baseados em pacotes tecnológicos pré-definidos, desequilibra os microecossistemas e torna economicamente inviável a circulação e a oferta de insumos, serviços e mecanização compatíveis com a produção agroecológica. A Agroecologia assume também um forte componente de estratégia para o abastecimento público. Ao propor a transição entre um modelo centrado na produção de mercadorias para um centrado na produção de alimentos saudáveis, retira-se a pauta da comercialização, e portanto da geração de renda do trabalhador rural, exclusivamente da competência do mercado. A produção de alimentos é uma função pública e estratégica para a soberania da nação. Por isso, comercializar alimentos saudáveis, agroecológicos é questão de abastecimento público, demandando políticas públicas de compra direta e de apoio à produção e à comercialização cooperada. Por fim, talvez estendendo suas características constitutivas ao limite, destaca-se que a Agroecologia na perspectiva do MST assume, também, uma perspectiva de projeto civilizatório e paradigma societário. Aqui é impossível ocultar a íntima vinculação que tem sido tramada por vários movimentos sociais, aproximando a Agroecologia do projeto de socialismo para a sociedade e do projeto de reequilíbrio da relação do ser humano com o planeta. Há aqui fortes acentos espirituais, que apontam para a defesa de que a vida humana, assim como a vida do planeta, deve ser preservada e cultivada sobre princípios de igualdade, fraternidade e respeito no convívio sustentável.

Pelas características apresentadas dá para se imaginar os ricos debates e reflexões que foram motivadas, durante a realização do *Curso em Meio Ambiente e Saúde*, nas interfaces entre o conceito de saúde, a agroecologia e o projeto de transformação da sociedade. As questões de fundo, aqui sinalizadas, articularam-se com excelentes trabalhos de conclusão de curso, que foram responsáveis pela produção de um significativo inventário de análises e propostas de intervenção dos agentes formados em suas comunidades, nas áreas de diagnóstico e planejamento ambiental dos





assentamentos e outros territórios rurais.

A educação profissional praticada pelo MST deve ser entendida em sua inserção nas contradições e nos encontros de saberes já apontados. Há, evidentemente, um contexto maior da educação profissional no qual essas experiências se inserem, que exige no futuro breve uma reflexão mais aprofundada sobre as contradições que emergem desse modelo de formação e capacitação promovido por movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa. Temos, por exemplo, o formato da educação profissional consagrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996; as tensões presentes na realização dos cursos entre os momentos de escolarização em nível médio, de capacitação técnica e formação política; as novas iniciativas do governo federal e de alguns governos estaduais, como a ampliação dos institutos federais; a relação entre a proposta pedagógica e a experiência em educação profissional em saúde do MST e a caminhada da educação profissional politécnica, tão presente na história da reforma sanitária e na consolidação do SUS; as dificuldades de certificação e regulamentação da prática dos agentes de saúde formados nos cursos promovidos pelo MST; as possibilidades de atuação profissional para os educandos egressos; as oportunidades promovidas pelo MST de educação permanente, com o prosseguimento nos estudos e aperfeiçoamento dos educandos.

O que se destaca neste texto é a íntima vinculação que houve e que há entre as experiências de educação profissional, a melhoria das áreas de reforma agrária e a luta pela transformação da sociedade e pela construção de um projeto popular para o Brasil (projeto de reforma agrária). Para ser entendida, a educação profissional tem que ser vista numa perspectiva de disputa de hegemonia dentro da própria sociedade. Superando os modelos mais tradicionais de organizações de esquerda, que, ao longo da história, tinham como principal estratégia de atuação ou a confrontação direta e a tentativa de tomada de poder ou a vitória em processos eleitorais, aponta-se, aqui, para as estratégias de disputa de todos os espaços significativos para a conquista de melhorias para os trabalhadores e para o acúmulo de experiências exitosas e de projetos alternativos que deem densidade às lutas da classe trabalhadora. Não há, evidentemente, uma negação ou abandono das estratégias relativas às disputas centrais pelo poder. O que há é o reconhecimento da importância de se começar hoje a preparar e vivenciar o amanhã que queremos. As experiências em educação profissional têm ensinado ao MST que é possível articular,

mesmo com permanentes contradições, o imediato das necessidades e as questões mais técnicas e objetivas possíveis com um projeto e uma prática de transformação da sociedade. A urgência que o debate sobre saúde implica, aliado às recentes estratégias de organização e de luta do MST, tem sido, por si só, um processo de síntese e de superação das práticas políticas tradicionais. Apontam, a seu modo para a necessidade da disputa permanente pelas instituições e pela produção de conhecimento. Estamos diante de uma intensa disputa por hegemonia, na qual cada espaço, cada conceito, cada prática é importante em sua particularidade e na sua relação com a totalidade do projeto de transformação da sociedade.

Referências

ALMEIDA, A. E.; CAMINI, I.; DALMAGRO, S. L. A formação profissional no curso Normal de Nível Médio do IEJC. **Cadernos Iterra**, Veranópolis, ano 7, n. 13, p. 43-70, dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO CAVALO DE APARTAÇÃO (Brasil) (Org.). **Pesquisa Nacional em Saúde da Reforma Agrária**. Brasília: ANCA/FNS, 2011.

DA ROS, M. A. **Estilos de pensamento em saúde pública**: um estudo da FSP-USP e ENSP-Fiocruz, entre 1948 e 1994, a partir da epistemologia de Ludwik Fleck. 2000. 208 f. Tese (Doutorado de Ensino de Ciências) – Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Ciências em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Construindo o conceito de saúde do MST**. São Paulo, 2000. (Cartilha de Saúde, nº 5).

